

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**  
**NEAD- NÚCLEO DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA**

**HORTA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL**

**PATO BRANCO**

**2014**

**LINDAMIR DOS SANTOS CORREIA**

**HORTA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL**

**Trabalho apresentado como requisito parcial para a obtenção da  
Certificação do Curso de Especialização em Educação do  
Campo, Universidade Aberta do Brasil- Polo de Branco-PR.  
Orientador: Marcos Aurélio Zanlorenzi.**

**PATO BRANCO**

**2014**

# HORTA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL

LINDAMIR DOS SANTOS CORREIA<sup>1</sup>

MARCOS AURELIO ZANLORENZI<sup>2</sup>

## Resumo

O presente artigo objetivou em sensibilizar os alunos e a comunidade escolar para práticas voltadas ao meio ambiente, alimentação saudável e formação social, através da construção da Horta Escolar, localizada na comunidade de Barra Grande, município de Itapejara D'Oeste PR, mais especificamente na Escola Estadual do Campo Carlos Gomes. Utilizando-se de metodologias, recursos e práticas pedagógicas que atendem as realidades e demandas que os educandos trazem de seus contextos, o projeto desenvolvido na escola parte de atividades e práticas educativas que são construídas e que buscam estabelecer o diálogo entre os saberes advindos das experiências dos alunos e os saberes científicos. A importância da valorização dessas práticas educacionais que estamos buscando se destaca pela necessidade de evidenciar algumas das várias maneiras de trabalhar nas escolas e da conscientização da comunidade escolar sobre a possibilidade de transformação social através das atividades diferenciadas como, por exemplo, por meio do manejo da horta possibilitar aos alunos o desenvolvimento de atividades educativas que poderão contribuir para o processo de aprendizagem, permitindo o desenvolvimento de valores, tanto sociais como ambientais.

**Palavras-chave:** Horta Escolar. Alimentação Saudável. Formação Social.

## 1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho discutiremos a prática educativa para a Educação do Campo sobre os principais problemas enfrentados no dia-a-dia e a falta de

---

<sup>1</sup>Graduação em Pedagogia pela Faculdade Estadual de Maringá – UEM

<sup>2</sup> Educador Mediador – UFPR Litoral

informações sobre como compreender os desafios enfrentados para uma educação de qualidade.

Tem como objetivo analisar os desafios enfrentados pelos professores que trabalham nas escolas do campo com relação às práticas pedagógicas. Compreender as possibilidades de inserção de novas práticas pedagógicas para a educação do campo e analisar, com base na teoria, as orientações para essas práticas pedagógicas.

Um número crescente de educadores tem refletido e muitas vezes buscado cumprir o importante papel de desenvolver o comprometimento nas crianças e jovens em relação ao cuidado com o ambiente escolar: cuidado do espaço externo e interno da sala e/ou da escola, cuidado das relações humanas que traduzem respeito e carinho consigo mesmo, com o outro e com o mundo.

Nessa perspectiva sendo a escola um espaço onde o educando poderá dar sequência ao seu processo de socialização é fundamental o papel da educação ambiental na sua formação, mas para que isso ocorra é preciso criar na escola um ambiente capaz de envolver professores de todas as disciplinas, funcionários e também a comunidade.

É preciso também instigar a reflexão sobre o ambiente que nos cerca e o repensar de responsabilidades e atitudes de cada um de nós, podendo gerar processos educativos ricos, contextualizados, significativos para cada um dos grupos envolvidos. Neste contexto, o cultivo de hortas escolares pode ser um valioso instrumento educativo.

O contato com a terra no preparo dos canteiros e a descoberta de inúmeras formas de vida que ali existem e convivem, o encanto com as sementes que brotam como mágica, as práticas de regar, transplantar e tirar matinhos, o exercício da paciência e perseverança até que a natureza nos brinde com a transformação de pequenas sementes em verduras e legumes viçosos e coloridos. Todas estas vivências podem transformar pequenos espaços da escola em cantos de muito encanto e aprendizado para todas as idades. Hortas escolares são instrumentos que, dependendo do encaminhamento dado pelo educador, podem abordar diferentes conteúdos curriculares de forma significativa e contextualizada promovendo momentos de resgate de valores.

Os conteúdos ambientais devem envolver todas as disciplinas da matriz curricular e estarem interligados com a realidade da comunidade, para que o aluno perceba a correlação dos fatos e tenha uma visão integral do mundo em que vive.

Nesse sentido a escola deverá promover, através de ações, a preservação e a conservação do meio ambiente, para que o aluno tome consciência de sua responsabilidade. E, assim, como as atividades extraclasse poder viabilizar ao aluno conhecimentos e práticas que envolvam todas as dependências da escola, estabelecendo a relação entre teoria e práticas.

O projeto “Horta Alimentação Saudável” foi realizado na Escola Estadual do Campo Carlos Gomes no Município de Itapejara D’Oeste, teve como finalidade de intervir na cultura alimentar e nutricional dos educandos com base no entendimento de que é possível promover uma educação integral de adolescentes e jovens de escolas e comunidades do seu entorno, por meio das hortas escolares incorporando uma alimentação nutritiva, saudável e ambientalmente sustentável, como eixo gerador da prática pedagógica.

Este trabalho caracteriza-se como um relato de experiência realizado na Escola Estadual do Campo Carlos Gomes de Itapejara D’Oeste, têm como objeto de pesquisa bibliográfica realizada por meio de livros, artigos, publicações na Internet.

## **2 A EDUCAÇÃO NO CAMPO**

### **2.1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO CAMPO**

A Educação do Campo tem sido historicamente marginalizada na construção de políticas públicas. Tratada como política compensatória, suas demandas e sua especificidade raramente era objeto de pesquisa no espaço da academia e na formulação de currículos nos diferentes níveis e modalidades de ensino.

A educação para os povos do campo sempre foi trabalhada a partir de um currículo essencialmente urbano e, geralmente, deslocada das

necessidades e da realidade do campo. Mesmo as escolas localizadas nas cidades têm o currículo e o trabalho pedagógico, na maioria das vezes, alienante, que difunde uma cultura burguesa e enciclopédica. Neste sentido, é urgente discutir a educação do campo, mas especialmente a educação pública no Brasil.

Para tanto é importante destacar a Educação do Campo partindo do princípio de que se busca resgatar o desenvolvimento do ser humano, do seu grupo social, para demonstrar que a história da sociedade está sempre em movimento. Historicamente a educação esteve presente em todas as constituições brasileiras, entretanto, mesmo o país sendo essencialmente agrário, desde a sua origem, a educação rural não foi mencionada nos textos constitucionais de 1824 e 1891. (SOUZA, 2006).

Ao contrário, como afirma LEITE (1999, p. 28) em seu estudo sobre a educação rural,

[...] a sociedade brasileira somente despertou para a educação rural por ocasião do forte movimento migratório interno dos anos 1910/20, quando um grande número de rurícolas deixou o campo em busca das áreas onde se iniciava um processo de industrialização mais amplo.

A partir desse movimento, a Educação do Campo tem conquistado lugar na agenda política nas instâncias municipal, estadual e federal, em especial nos últimos anos. Através das demandas dos movimentos e organizações sociais dos trabalhadores rurais, a Educação do Campo expressa uma nova concepção quanto ao campo, o camponês ou o trabalhador rural, fortalecendo o caráter de classe nas lutas em torno da educação e valorizando os conhecimentos da prática social do campo como lugar de trabalho, moradia, lazer, sociabilidade, identidade, enfim, como lugar da construção de novas possibilidades de uma transformação social e de desenvolvimento sustentável.

Os movimentos sociais, expressivamente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), demandam do Estado iniciativas no âmbito da oferta de educação pública e da formação de profissionais para trabalhar nas escolas localizadas no campo.

Os povos do campo demonstram sua organização por meio da reivindicação de condições de trabalho, divisão da terra, de forma a garantir a produção de subsistência, a reforma agrária e a delimitação territorial das terras dos povos indígenas.

Desta forma, surgiu o Ruralismo Pedagógico que objetivava fixar o homem ao campo, que teve sua duração até a década de 1930.

Em 1937 foi criada a Sociedade Brasileira de Educação Rural, com o intuito de expandir o ensino e preservar a cultura do homem do campo. O elevado número de analfabetos na área rural foi destacado no VIII Congresso Brasileiro de Educação, reforçando assim a preocupação com a educação rural.

## **2.2 LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NO CAMPO**

Na década de 1960, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 4024/61) deixa a educação rural a cargo dos municípios. Na mesma década, Paulo Freire oferece contribuições significativas à educação popular, com os movimentos de alfabetização de adultos e com o desenvolvimento de uma concepção de educação dialógica, crítica e emancipatória valorizando a prática social dos sujeitos, portanto, uma proposta oposta à prática educativa bancária predominante na educação brasileira.

Nos anos de 1980, com a ampliação do número de ocupações e assentamentos organizados no MST, as questões educacionais dos camponeses e trabalhadores rurais ficaram mais visíveis.

A existência de um número reduzido de escolas e o trabalho com conteúdos caracterizados pela ideologia do Brasil urbano fizeram com que o movimento social iniciasse novas experiências e produzisse documentos mostrando as necessidades e as possibilidades na construção de uma política pública de educação do campo.

O movimento social questiona o paradigma da educação rural e propõe a educação do campo como um novo paradigma para orientar as políticas e práticas pedagógicas ligadas aos trabalhadores do campo. Questiona, em essência, os interesses da classe dominante expressos no paradigma da educação rural e as contradições do modo de produção capitalista". (FERNANDES 2004, p. 25).

Ainda segundo Fernandes

(...) lugar de vida, onde as pessoas podem morar trabalhar, estudar com dignidade de quem tem o seu lugar, a sua identidade cultural. O campo não é só o lugar da produção agropecuária e agroindustrial, do latifúndio e da grilagem de terra. O campo é espaço e território dos camponeses e dos quilombolas (...). (FERNANDES, 2004, p. 137).

Com a Lei 5692/71 não houve avanços para a educação rural, uma vez que nem se discutia o ensino de 2º grau, atual do Ensino Médio, para as escolas rurais. Com a aprovação da Constituição de 1988, a educação destaca-se como um direito de todos. Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, há o reconhecimento da diversidade do campo, uma vez que vários artigos estabelecem orientações para atender esta realidade adequando as suas peculiaridades, como os artigos 23, 26 e 28, que tratam tanto das questões de organização escolar como de questões pedagógicas. Entretanto, mesmo com estes avanços na legislação educacional, a realidade das escolas para a população rural continuava precária.

A LDB em seu artigo 28 estabelece as seguintes normas para a Educação do Campo: Na oferta da Educação Básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: conteúdos curriculares e metodologia apropriada às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural e a organização escolar própria.

O marco da inserção da Educação do Campo na agenda política e na política educacional pode ser indicado a partir da LDB 9394/96, ao afirmar, em

seu artigo 28, a possibilidade de adequação curricular e metodologias apropriadas ao meio rural; a organização escolar, com adequação do calendário escola. A aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo destaca que a Educação do Campo.

“é tratada como educação rural na legislação brasileira, tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo, nesse sentido, mais do que um perímetro não urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações de sociedade humana”. (Brasil, 2001, p. 01).

### 2.3 ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL

Há tempos tem se falado constantemente da importância que os alimentos saudáveis têm para nossa vida. Em qualquer lugar que estejamos nos alimentando, seja no ambiente familiar ou na correria do dia a dia somos alertados a priorizar uma alimentação de qualidade que futuramente não trará malefícios para o nosso organismo.

Em se tratando do ambiente escolar vemos a necessidade da valorização e inclusão dessa alimentação na merenda que os alunos recebem diariamente ao longo do ano letivo nas escolas da rede pública de ensino. É preciso tratar esse relevante assunto com a seriedade que merece, a fim de contribuir no combate da erradicação de problemas futuros com a saúde, como obesidade mórbida, colesterol alto, hipertensão e demais complicações que fatalmente poderão prejudicar o organismo de jovens que estão no início da vida.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), uma em cada três crianças de 05 a 09 anos estavam acima do peso em pesquisa realizada em 2010.

A secretaria de Estado de Esportes vinculada às secretarias da saúde, da educação, entre outras, uniram na Prevenção e Controle da Obesidade Infanto-Juvenil com o programa Paraná Saudável, programa esse desenvolvido em três fases:

- *Fase 1* - Realizado em 2012 com coleta de dados;
- *Fase 2*- Tratamento de dados através de informações, treinamento de professores, palestras, seminários a toda população de jovens matriculados na rede municipal e estadual de ensino do estado do Paraná. Para este ano de 2014;
- *Fase 3*- Reaplicação e tratamento de dados estabelecendo comparativos das ações para que se possam então tomar medidas futuras. (CECANE, 2010).

Com este pensamento de mudança nos hábitos alimentar dentro da escola, por meio de diferentes intervenções e formas de conscientização, não somente teórica, mas vinculada a prática, com relação a técnicas de plantio, manejo e proteção de solo, teve início, em agosto de 2013, o projeto “Horta Alimentação Saudável”.

Resultante de pesquisas e da necessidade de melhorar as condições nutricionais da merenda escolar, educadores e equipe pedagógica do Colégio Estadual do Campo Carlos Gomes - Ensino Fundamental e Médio de Barra Grande, município de Itapejara D'Oeste, juntamente com os educandos iniciou-se os trabalhos na construção da horta escolar, com a finalidade de intervir na cultura alimentar e nutricional, promovendo a educação integral dos alunos, professores, funcionários e comunidade.

Podendo levar a todos os envolvidos a perceber a horta como um espaço vivo, fonte de uma alimentação saudável, trocando vivências em contato direto com o meio no qual fazemos parte e somos responsáveis. (MOLINA, 2012).

O projeto se caracteriza por ser uma atividade continuada, portanto, não tem um tempo de duração pré-estabelecido. Afinal, uma vez montada a horta é possível imaginar, que a cada ano, novas turmas darão continuidade ao projeto que poderá ser trabalhado em todas as séries.

### **3 RELATO DE EXPERIÊNCIA: PRÁTICAS E EXPERIÊNCIAS PARA A EDUCAÇÃO NO CAMPO**

Com uma população que sobrevive basicamente da agricultura, a comunidade de Barra Grande possui uma escola com um número pequeno de alunos a qual possibilita o desenvolvimento de práticas educativas, no contexto da escola envolvendo características de origem, de identidade social, que possibilitam a união e a ligação entre os sujeitos de direito: aluno – professor – comunidade.

Como o objetivo do projeto Horta Alimentação Saudável era a conscientização de melhorar os hábitos alimentares o resultado foi satisfatório, os alunos corresponderam as expectativas, segundo relato da professora Lorena uma das docentes responsáveis pelo projeto, pode-se perceber a satisfação dos alunos quando é servido na merenda escolar os alimentos produzidos por eles.

Segundo Bezerra Neto (1999), a formação humana na escola do campo se constrói de forma integral, os trabalhadores e trabalhadoras aprendem com a prática do dia-a-dia, transformando-se a partir das soluções dos problemas em agentes de transformação da sociedade.

Entendemos que a prática educativa do campo tem em vista o desaparecimento do que é antiquado, acelerando o processo de concretização do novo, pois carrega com ele uma série de reflexões necessárias para se postular uma organização do trabalho pedagógico diferente.

Na legislação – L.D.B. (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e no Plano Nacional de Educação prevê um maior orçamento das escolas do campo, para a melhoria da carreira do profissional dessa área pode contar com concurso específico para tal atuação, o que certamente auxiliaria na organização dessas escolas.

A organização do trabalho educativo da escola do campo não pode prescindir da realização de projetos educativos que consideram sua realidade. Seja o trabalho por temas geradores, seja por meio de atividades

transdisciplinares, seja na construção de projetos, o que se faz fundamental é inserir o campo como elemento articulador do trabalho.

Nesse sentido, há trabalhos importantíssimos a se realizar com as temáticas da educação ambiental, pois ela é perpassada por vários assuntos que são utilizados mesmo na escola institucional convencional, como a medicina alternativa, a reeducação alimentar, a reciclagem.

O elemento articulador de todas essas atividades que vão demonstrar a vinculação entre comunidade e escola, projetos e currículo, realidade social e escola é o chamado Projeto Político Pedagógico – PPP da escola.

O projeto político pedagógico da escola, enquanto materialização do trabalho coletivo apresenta-se enquanto síntese da identidade da escola. Sua concepção, construção e execução podem expressar o grau de intensidade das relações democráticas no interior da escola, ou o contrário (MARTINS, 2004, p. 42).

O PPP da escola do campo, para estar em consonância com o projeto da Educação do Campo, desde a concepção de sociedade e de agricultura até as atividades de ensino-aprendizagem e as práticas pedagógicas voltadas à realidade da escola, deve se constituir como uma síntese do trabalho pedagógico.

Para que a escola realmente tenha um projeto considerado de todos os envolvidos no cotidiano escolar - pais, alunos, funcionários, comunidade, professores, equipe pedagógica, instituição mantenedora, enfim, um trabalho realmente coletivo- são necessárias todas as condições materiais e de trabalho para os profissionais – o trabalho concreto da equipe pedagógica.

Souza (2006, p. 110) afirma que;

Os professores indicam que há projetos escolares e que eles estão relacionados com a localidade: trabalho com hortas, datas comemorativas, conservação da água, plantio de árvores, etc. Há ênfase na participação da comunidade, uma vez que os professores salientaram a presença dos funcionários da escola e comunidade em alguns projetos.

Contudo a situação das escolas do campo ainda é precária, pois os professores nem sempre têm formação escolar adequada para atuar nas escolas do campo e poucos têm acesso a materiais didáticos para desenvolver um trabalho pedagógico que vá ao encontro do reconhecimento da identidade das escolas do campo. Apesar de muitas conquistas, ainda há um longo caminho para que se alcance uma educação de qualidade também para os sujeitos do campo.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente trabalho consistiu em analisar as práticas pedagógicas nas mais diversas formas, envolvendo o professor e os alunos do ensino fundamental e médio de Barra Grande, município de Itapejara D'Oeste, práticas voltadas ao meio ambiente, alimentação saudável e formação social, através da construção da Horta Escolar.

A pesquisa teve abordagem bibliográfica com o objetivo de analisar os desafios enfrentados pelos professores que trabalham na Educação do Campo, identificando os problemas da educação no campo com base nas teorias e nas práticas pedagógicas.

A consciência ambiental sustentável pode ser despertada nos futuros cidadãos que tiverem a oportunidade de participar de ações educativas tais como as hortas escolares, mudanças alimentares e o consumo frequente de hortaliças, podem contribuir para um ensino aprendizagem além dos muros da escola alcançando também as famílias dos educandos envolvidos.

Com base nas experiências, para fazer acontecer educação do campo é importante que os conhecimentos a serem trabalhados sejam construídos coletivamente no ambiente escolar, por meio de uma nova proposta pedagógica, valorizando a importância que da educação entre os modos de vidas, no trabalho, na cultura e na identidade. A educação como um projeto de formação humana que se insere em um projeto de sociedade pensado, contestado e ou materializado pelas diferentes classes.

Em determinados momentos da história brasileira sequer tínhamos instituições públicas de ensino no campo e quando essas instituições são criadas nesse espaço, resultante das reivindicações da classe trabalhadora, via-se um arremedo de escola erigida sobre estruturas precárias, financiamentos ínfimos e propostas pedagógicas desconectadas das aspirações e das reais necessidades da população, bem como distanciadas das condições materiais e objetivas do campo. Dessa forma, é preciso compreender que a educação não é neutra e, por isso, “atende aos mais variados interesses políticos, econômicos e sociais, estando presente desde a montagem do currículo escolar até a discussão em torno do que deve ser estudado, quem deve estudar e como se deve estudar”. (BEZERRA, 2009, p.3).

Buscamos uma educação com melhores condições para as escolas do campo, com condições para se efetivar uma educação de qualidade.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ASSIS, M. **Educação em saúde e qualidade de vida: Para além dos modelos, a busca da comunicação**. Série Estudos em Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, n.169, p.3-30, 1998.

BRASIL. Conselho Nacional da Educação. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo**. Parecer n.º 36/2001 e Resolução 01/2002 do Conselho Nacional da Educação. Brasília, 2002.

BEZERRA NETO, Luiz. **SEM-TERRA aprende e ensina: estudo sobre as práticas educativas do movimento dos trabalhadores rurais**. Campinas: Autores Associados, 1999.

CECANE PARANÁ. **A Agricultura Familiar e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE**. Curitiba, 2010.

DIAS Freire Genebaldo. **Educação Ambiental: Princípios e Práticas**. 3. ed. São Paulo: Gaia, 1992.

LEITE, S.C. **Escola rural: Urbanização e Políticas Educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999.

FERNANDES, B.M. **Diretrizes de uma Caminhada**. In: ARROYO, M.G; CALDART, R.S.; MOLINA, M.C. **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 133-145.

MARTINS, F. J. **Gestão democrática e ocupação da escola: o MST e a Educação**. Porto Alegre: EST, 2004.

MOLINA, Castagna Mônica. **Desafios á Materialização da Escola do Campo**. Presença Pedagógica v.18.n.107. set/out.2012.

\_\_\_\_\_ **Projeto Obesidade Infantil no Paraná:**

<http://www.esporte.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=2978&tit=Projeto> - Acessado em 15\03\2014.

SOUZA, M.A. **Educação do Campo: Propostas e Práticas Pedagógicas do MST**. Petrópolis: Vozes, 2006.